

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	5
NOTA PRÉVIA	7
RESUMO	9
ABSTRACT	11
ZUSAMMENFASSUNG	13
PLANO GERAL	15
PRINCIPAIS ABREVIATURAS	17
CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	19
§ 1. Enunciado do problema	19
§ 2. Delimitação do objecto e sequência da investigação	23
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO	27
§ 1. Preliminares do instituto da compensação: uma breve análise histórica	27
§ 2. A compensação na História do Direito Português, em especial no caso de dívidas ao Estado	33
§ 3. Conceito	40
§ 4. Fundamento	48
§ 5. Requisitos, em especial a exigibilidade do crédito do compensante	52
§ 6. Exclusão da compensação de créditos do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas	71
§ 7. A compensação dos créditos tributários, em especial	81
CAPÍTULO II – A ANÁLISE CRÍTICA DA COMPENSAÇÃO OFICIOSA NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	93
§ 8. Ponto de partida	93
§ 9. A evolução legislativa pertinente; fenomenologia e seriação proposta	94
1. Código de Processo das Contribuições e Impostos (1963)	94
2. Código da Contribuição Industrial (1963)	97
3. Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (1989) e Regime de Cobrança e Reembolsos dos Impostos sobre o Rendimento	97

4. Código de Processo Tributário (1991)	99
5. Código de Procedimento e Processo Tributário	100
5.1. Redacção inicial e dificuldades hermenêuticas	100
5.2. Sobre a interdição da compensação oficiosa durante os prazos legais de apresentação de meios de defesa do contribuinte	102
5.3. Em plano de vinculação: as excepções à compensação oficiosa e a imperatividade do respectivo exercício	118
§ 10. A incoerência legislativa da interdição da compensação oficiosa na pendência dos prazos dos meios de defesa do contribuinte:	120
1. O caso da penhorabilidade dos créditos de IVA	120
2. A extinção do processo de execução fiscal e o exercício dos direitos de defesa do contribuinte	123
3. A imputação dos montantes penhorados na dívida executiva e o controlo jurisdicional <i>ex post</i>	128
4. O pagamento do imposto em contraponto com a eventual manutenção da oposição judicial à execução fiscal	135
§ 11. Ponto de chegada	137

CAPÍTULO III – DA AMPLITUDE À RESTRIÇÃO  
E A OBRIGATORIEDADE DA COMPENSAÇÃO  
TRIBUTÁRIA OFICIOSA

§ 12. Ponto de partida	159
§ 13. A regra inicial da interdição da compensação por iniciativa do contribuinte e não do Estado	160
§ 14. As especificidades da compensação na legislação tributária	166
§ 15. A interdição da compensação de créditos impenhoráveis de diferente natureza	173
§ 16. A actual amplitude da compensação tributária por iniciativa do contribuinte e a actual restrição da compensação tributária oficiosa	179
§ 17. A decisão administrativa da compensação tributária oficiosa como um acto vinculado ( <i>poder-dever</i> )	182
§ 18. Ponto de chegada	199

CAPÍTULO IV – A ADMISSIBILIDADE DA COMPENSAÇÃO  
TRIBUTÁRIA OFICIOSA ENQUANTO EXIGÊNCIA DO  
PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA COBRANÇA  
COERCIVA DE IMPOSTO

§ 19. Ponto de partida	203
§ 20. Enquadramento	204

§ 21. O legislador e a administração tributária enquanto destinatários do princípio da proporcionalidade	211
§ 22. O princípio da proporcionalidade no processo de execução fiscal, em especial	225
§ 23. A preferência pela compensação tributária oficiosa à luz do princípio da proporcionalidade	236
§ 24. Ponto de chegada	263

## CAPÍTULO V – AS VANTAGENS DA COMPENSAÇÃO

TRIBUTÁRIA OFICIOSA	265
§ 25. Ponto de partida	265
§ 26. A neutralização e a maior simplificação («a lei do menor esforço»)	266
§ 27. A possibilidade de evitar a instauração do processo de execução fiscal	271
§ 28. A necessidade de evitar actos de cobrança coerciva mais gravosos do que a compensação tributária	282
§ 29. A minimização dos custos de contexto e a pacificação da relação entre a administração tributária e o contribuinte	312
§ 30. A audição prévia à decisão de compensação tributária e as garantias administrativas de defesa subsequentes	321
§ 31. A celeridade na cobrança da dívida do contribuinte e no reembolso ou na restituição do imposto por parte da administração tributária	327
§ 32. A compensação enquanto <i>garantia</i> a favor do credor tributário face ao risco de insolvência	336
§ 33. Os efeitos da compensação tributária oficiosa na atenuação especial e na eventual dispensa da pena	347
§ 34. Ponto de chegada	360

## CAPÍTULO VI – O PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

EM ANÁLISE: CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS E RESPECTIVA DINÂMICA	367
§ 35. Ponto de partida	367
§ 36. O início da fase de cobrança coerciva	368
§ 37. A função coerciva do processo de execução fiscal	376
§ 38. A razão de ser da diferença entre a execução coerciva das decisões administrativas em geral e das liquidações de imposto em especial	380
§ 39. Sinopse histórica	395
§ 40. Artigo 103.º, n.º 1, da LGT: a descodificação do enunciado normativo	404
1. A (des)judicialização do processo de execução fiscal?	404
2. A natureza <i>administrativa</i> do processo de execução fiscal	407

3. A natureza <i>judicial</i> do processo de execução fiscal	418
4. O sistema normativo decomposto: proposta integrada de posições	449
4.1. O carácter <i>preventivo</i> e <i>pedagógico</i> do processo de execução fiscal	449
4.2. A administração tributária, a execução orçamental e as receitas, em especial	455
4.3. A competência da administração tributária para a instauração e normal tramitação do processo de execução fiscal	457
4.4. Administração tributária: órgão de execução fiscal <i>in própria causa sua?</i>	458
a) Separação, interdependência e controlo de poderes	458
b) Soberania, autoridade e imparcialidade	468
c) A administração Tributária enquanto sujeito activo e órgão de execução fiscal: momentos críticos e pontos de controvérsia	477
i) Sobre a verificação e a graduação de créditos	489
ii) A <i>traditio</i> do bem vendido em execução fiscal	492
iii) Invalidez e eventuais efeitos processuais: a anulação da venda coerciva	496
4.5. Os procedimentos administrativos enxertados no processo de execução fiscal, em especial	499
a) Enquadramento	499
b) A reversão do processo de execução fiscal	501
c) A prestação de garantia idónea para efeitos de suspensão da cobrança no processo de execução fiscal	510
d) O pedido do pagamento em prestações e o pedido de dação em pagamento	517
e) A hipoteca legal e o penhor na execução fiscal	524
f) A publicitação do nome do executado na lista de devedores	527
g) A compensação tributária oficiosa, em especial	529
§ 41. Ponto de chegada	530

## CAPÍTULO VII – O PAGAMENTO DA DÍVIDA TRIBUTÁRIA:

### DA INEVITABILIDADE À MERA EVENTUALIDADE

### DA EXTINÇÃO DA OPOSIÇÃO JUDICIAL À EXECUÇÃO FISCAL

§ 42. Ponto de partida	535
§ 43. Enquadramento	536
§ 44. A comunicação da realização do pagamento ao tribunal pelo órgão de execução fiscal	539
§ 45. A jurisprudência a favor da extinção da oposição judicial à execução fiscal por inutilidade superveniente da lide	542

§ 46. A questão no processo executivo comum	545
§ 47. A especificidade no processo tributário	548
§ 48. O pagamento e o controlo jurisdicional da actividade do órgão de execução fiscal	554
§ 49. O caso (especial) do devedor subsidiário	557
§ 50. O caso (especial) da sub-rogação	561
§ 51. A ilegalidade da liquidação da dívida exequenda como fundamento de oposição	564
§ 52. O pagamento como fundamento de oposição	571
§ 53. O caso da dívida prescrita paga pelo contribuinte, em especial	573
§ 54. Ponto de chegada	583

CAPÍTULO VIII – <i>SOLVE ET REPETE</i> : A (RE)LEITURA NECESSÁRIA À LUZ DO NOVO MODELO DE COMPATIBILIDADE ENTRE A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA OFICIOSA E A SALVAGUARDA DOS DIREITOS DE DEFESA DO CONTRIBUINTE		607
§ 55. Ponto de partida		608
§ 56. Antecedentes históricos		612
§ 57. O(s) significado(s) de <i>solve et repete</i>		614
§ 58. A evolução legislativa no ordenamento tributário português		634
§ 59. A prestação de garantia idónea para efeito da suspensão da execução fiscal, em especial		642
§ 60. O acesso ao direito e à justiça tributária para a tutela plena e efectiva dos direitos ou interesses legalmente protegidos do contribuinte		650
1. O pagamento do imposto com benefícios ou vantagens para o contribuinte instituídos na lei		650
2. A compensação tributária oficiosa e a salvaguarda dos direitos de defesa do contribuinte; a evolução dogmática por um modelo de efectiva compatibilidade		665
3. A aplicação dos montantes penhorados no processo de execução fiscal e o exercício de direitos de defesa do contribuinte		668
§ 61. Em especial, a compensação no caso da liquidação adicional de IVA com o reembolso do mesmo imposto		672
§ 62. A aplicação nas dívidas tributárias do remanescente das execuções e os meios de defesa do contribuinte		675
§ 63. A extinção da dívida tributária, do processo de execução fiscal e a consolidação jurídica do acto tributário		677
1. A dívida, a execução fiscal e a relação jurídica tributária <i>lato sensu</i>		677

2.	A (in)impugnabilidade do acto tributário e a possibilidade de anulação administrativa <i>oficiosa</i> : o caso da revisão do acto tributário, em especial	684
3.	A eficácia do acto tributário <i>anulável</i> e a incoerência da interdição da compensação oficiosa na pendência dos prazos legais de defesa	719
3.1.	A (in)validade e a eficácia do acto tributário exequendo	719
3.2.	A suficiência e a força executiva da certidão de dívida, enquanto título executivo	729
3.3.	A execução provisória do crédito tributário do Estado e as consequências da sua eventual invalidação	735
3.4.	Sobre a exigência da natureza incontroversa do crédito tributário no plano comparado; em especial no sistema fiscal alemão e no espanhol	762
4.	Os prazos legais de defesa do contribuinte vis-à-vis a eficiência do processo de execução fiscal	773
4.1.	A multiplicidade de meios de defesa e a amplitude dos respectivos prazos	773
4.2.	A interdição da compensação oficiosa; momento de ineficiência da cobrança coerciva?	786
4.3.	O início e a marcha do processo de execução fiscal: a instauração e a tramitação em paralelo aos prazos em curso dos meios de defesa do contribuinte	791
§ 64.	Ponto de chegada	812
	CONCLUSÕES	817
	BIBLIOGRAFIA	833